

**PERCEPÇÕES DO RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL EUROPEU À LUZ
DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

*PERCEPTIONS OF EUROPEAN UNCONDITIONAL BASIC INCOME IN THE LIGHT OF
SOCIAL REPRESENTATION THEORY IN BRAZIL*

NELSON MENDES CORDEIRO
CEFET-RJ

RONALDO BERNARDO JUNIOR

URSULA GOMES ROSA MARUYAMA
CEFET-RJ

MARCELO SAMPAIO DIAS MACIEL
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

PERCEPÇÕES DO RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL EUROPEU À LUZ DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Objetivo do estudo

Identificar a percepção dos brasileiros sobre o Rendimento Básico Incondicional (RBI) europeu e suas possíveis correlações com políticas públicas brasileiras de renda mínima à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS).

Relevância/originalidade

Abordagem estratégica da gestão pública, considerando nesse contexto um elemento problematizador adicionado à discussão sobre o papel das representações sociais para a manutenção e êxito em programas de renda mínima.

Metodologia/abordagem

Pesquisa qualitativa com triangulação na coleta de dados por meio de entrevistas; questionários, tipo survey online, com base em uma amostra não-probabilística por conveniência (n = 160) e grupo focal.

Principais resultados

Foi identificado que a maior parte dos entrevistados tinham o Programa Bolsa Família (PBF) como objetivação para o Rendimento Básico Incondicional.

Contribuições teóricas/metodológicas

Dada às resistências e críticas a este programa brasileiro, cria-se uma representação social capaz de interferir nas percepções sobre o RBI no Brasil.

Contribuições sociais/para a gestão

Reflexões para planejamento estratégico e estruturação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: sociedade, políticas públicas, planejamento público, desenvolvimento econômico, teoria da representação social

*PERCEPTIONS OF EUROPEAN UNCONDITIONAL BASIC INCOME IN THE LIGHT OF
SOCIAL REPRESENTATION THEORY IN BRAZIL*

Study purpose

The aim of this study is to identify the perception of Brazilians about European Basic Unconditional Income (BUI) and its possible correlations with Brazilian public policies of minimum income in the light of the Theory of Social Representations (TSR).

Relevance / originality

Studying new perspectives in Public Policy within Government Administration strategic approach. In this context, a problematizing element is added to the discussion about the role of social representations for the maintenance and success in minimum income programs.

Methodology / approach

Qualitative research with triangulation in data collection through interviews; questionnaires, online survey type, based on non-probabilistic sample by convenience (n = 160) and focus group.

Main results

Interviewees had the Bolsa Família Program (BFP) as an objectification for Basic Unconditional Income (BUI).

Theoretical / methodological contributions

Given the resistance and criticism of this Brazilian program, creates a social representation capable of interfering in the perceptions about the Basic Unconditional Income (BUI) in Brazil.

Social / management contributions

Contributions in thoughts over strategic planning and public policy structure towards social development.

Keywords: society, public policy, public planning, economic development, social representation theory

PERCEPÇÕES DO RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL EUROPEU À LUZ DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

1 Introdução

No contexto de países cada vez mais inseridos no processo de globalização existe uma tendência na automatização de tarefas, com a conseqüente substituição de trabalhadores por máquinas (Cerejeira, Portela, 2017). Tal tendência tem evoluído em ritmo constante e intenso, e apresenta "diversidades, desigualdades e tensões envolvendo raça, sexo e idade, enquanto determinações socioculturais atravessando relações, processos e estruturas" (Ianni, 1994 p.10-11).

Em consequência a esse processo nota-se um "agravamento da pobreza generalizada e da exclusão social" (Merrill, 2013 p.12). Diversos especialistas apontam a redução de postos de trabalho em um futuro próximo, fato que já é realidade em alguns setores (Oliveira, 2017).

Nesse aspecto, a atribuição de um valor mínimo a cada cidadão, independente de elementos como origem, cor e credo, de modo a privilegiar sua autonomia serviria tanto como instrumento de justiça social como de eficiência econômica (Merril, 2013). É nesse ponto que se apresenta o Rendimento Básico Incondicional (RBI), que pode ser definido como "uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade" (RBIP, 2017).

É comum que políticas sociais sejam propostas e implementadas de acordo com a pressão exercida pela população (Faquin, Paulilo, 2009; Couto, 2004). Contudo, as pessoas agem de acordo com suas crenças (Doise, Clemence, Cioldi, 1993), e é nesse aspecto que se apresenta a Teoria das Representações Sociais (TRS).

A TRS é uma teoria científica sobre como os indivíduos explicam os objetos sociais através da interação com o meio (Vala, 1996). As representações sociais significam a soma dos conceitos, explicações e proposições originados da comunicação das pessoas no dia-a-dia. Elas equivalem ao senso comum, às crenças e mitos das sociedades tradicionais (Moscovici, 2007).

É por meio das representações sociais que as pessoas interpretam a realidade e têm seus comportamentos orientados no relacionamento (Cramer, Brito, Capelle, 2001). Desse modo, é importante compreender as representações sociais dos indivíduos de modo a lidar adequadamente com suas resistências, e conseguir apoio legítimo para aprovação de projetos sociais.

A partir do exposto, um questionamento emerge: quais as representações sociais dos brasileiros sobre o Rendimento Básico Incondicional? Para responder a esse questionamento, o presente estudo tem o objetivo de identificar as Representações Sociais dos brasileiros sobre o RBI. A fim de que as respostas produzidas sejam adequadas, realizou-se pesquisa quantitativa e qualitativa, com triangulação na coleta de dados por meio de entrevistas, grupo focal, e questionários.

A relevância desse estudo é ressaltada uma vez que as representações sociais possibilitam conhecer as crenças dos indivíduos; há possibilidade de contribuição em programas governamentais, quando da seleção de indivíduos verdadeiramente comprometidos com as causas; a TRS adiciona o senso comum à perspectiva científica, o que ajuda a lidar com resistências; e um trabalho direcionado às crenças dos indivíduos possibilita a criação de planos com objetivo de fortalecer a Pressão popular, o que ajuda na implementação de políticas sociais, neste caso específico o RBI.

2 Referencial Teórico

2.1 *Rendimento Básico Incondicional*

De acordo com o RBIP (2017) o Rendimento Básico Incondicional (RBI) é “uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade”. Há três elementos que configuram um RBI, sendo eles: (1) a universalidade, que diz respeito a aplicar-se a todos sem distinção; (2) a liberdade de obrigações, em relação a ser um direito livre de burocracias e condições à sua instituição; e (3) individualidade, sendo atribuído a todas as pessoas, independente das condições familiares (RBIP, 2017).

O RBI é importante porque confere autonomia aos indivíduos, uma vez que lhes possibilita maior independência para realizar escolhas e conseqüentemente aumenta a capacidade de resistência e negociação; é “uma resposta a uma exigência de *reciprocidade honesta* entre os cidadãos e a melhor via de acesso à apropriação justa dos bens, embora seja apenas uma medida que vem complementar outras transferências condicionais significativas” (Merrill, 2013 p.12). Outra vantagem do RBI é a abolição da obrigação de trabalhar, o que confere maior liberdade de escolha ao indivíduo em relação às escolhas que lhe tenha significado (Gorz, 1990).

Tanto as políticas sociais quanto os benefícios delas decorrentes são importantes não somente para os beneficiados, mas para o Estado como um todo. Este fato é retratado por Iamamoto e Carvalho (2005, p. 93).

Se tais serviços, de um lado, favorecem os trabalhadores, como resultante de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, face ao conjunto da sociedade.

O RBI emerge de um paradigma técnico e econômico que demanda novo entendimento por parte das organizações e da sociedade, sendo que tal debate ganha espaço em momentos de crise econômica (Leite, 1995). Ele contribui aos cidadãos concretizarem os direitos fundamentais, e “deve ser visto como uma maneira de resolver de forma eficaz o duplo objetivo de justiça social e de eficiência econômica” (RBIP, 2017).

Caso a sociedade demande o aumento de autonomia dos cidadãos “é necessário poder simultaneamente abrir o campo das possibilidades econômicas (por exemplo, não trabalhar apenas por necessidade) e permitir aos indivíduos ter um peso nas trocas que fazem com os outros no mercado” (Merrill, 2013 p.12). “A globalização do mundo abre outros horizontes sociais e mentais para indivíduos, grupos, classes e coletividades”, (...) e há novos “horizontes abertos pela emergência da sociedade global” (Ianni, 1994, p.2).

Cada vez mais o RBI tem sido defendido por políticos e economistas, com o objetivo de reduzir a pobreza e compensar o desaparecimento contínuo de diversos postos de trabalho (Oliveira, 2017). Segundo Merril (2013 p.11) “A ideia de que o RBI é um incentivo à preguiça corresponde, sobretudo, a um preconceito cultural e social, e não a uma verdade empiricamente comprovada”.

Estudos empíricos realizados demonstraram que “entre as pessoas que recebem um RBI apenas um número reduzido opta por mudar de trabalho e as que o fazem é com o objetivo de encontrar um trabalho que corresponda mais às suas capacidades e gostos” (Merrill, 2013 p.11). É possível compreender que, acima de tudo, o RBI deverá ajudar a “prevenir a pobreza e a assegurar a liberdade a cada indivíduo, a determinar a sua vida, e a fortalecer a participação de todos na sociedade (...) e prevenir diferentes tipos de doença” (RBIP, 2017).

Existe uma lacuna no que diz respeito entre a concepção de políticas sociais e a adequada aplicação dos mesmos. Quando o que está em questão é descrever as políticas “o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições” (Bobbio, 1992, p. 24). Desse modo, é importante conhecer as representações sociais acerca das políticas públicas, de modo a elaborar estratégias para reduzir ou até mesmo eliminar as oposições na fase de execução.

2.2 Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma teoria científica sobre como os indivíduos explicam os objetos sociais através da interação com o meio (Vala, 1996). A teoria é de interesse a diversas ciências e observa as pessoas e os objetos e a maneira como o indivíduo se relaciona com a sociedade, construindo o mundo e a si próprio (Guareschi, Jovchelovitch, 1994).

As representações sociais significam a soma dos conceitos, explicações e proposições originados da comunicação das pessoas no dia-a-dia. Elas equivalem ao senso comum, às crenças e mitos das sociedades tradicionais (Moscovici, 2007). É através das representações sociais que as pessoas interpretam a realidade, e têm seus comportamentos orientados no relacionamento com os ambientes físicos e sociais, pois, embora não tenha o poder de determinar totalmente as decisões, as representações sociais limitam e orientam o universo de possibilidades disponíveis aos indivíduos (Cramer, Brito, Capelle, 2001).

As teorias do senso comum, elaboradas e partilhadas em conjunto, são resultados do processo de representar. Potencialmente, a pessoa vinculada a um grupo sabe como outra pessoa do mesmo grupo pensa e se comporta diante de determinada situação, pois há uma tendência no ser humano em projetar suas crenças em outros indivíduos do mesmo grupo, fato que não ocorre nas crenças relacionadas às representações individuais (Wagner, 1998). As ciências sociais definem as representações como categorias de pensamento, sentimento e ação que demonstram a realidade e a explicam, questionam ou justificam (Minayo, 1994).

As representações sociais constituem um fenômeno relacionado ao modo como um sujeito dá sentido a um elemento, e como o compreende dentro de um processo dinâmico de transformação da realidade. Dessa maneira, as representações sociais não representam a realidade em si, apenas reflexos das construções mentais dos elementos feitas pelo sujeito (Carvalho, 2001; Madeira, 2001; Moscovici, 2007).

Arruda (2002) descreve a TRS como uma teoria do senso comum, pois explica e prescreve a realidade social e, segundo Almeida e Cunha (2003), operacionaliza “um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”. Nóbrega (1990) também descreve a TRS como uma teoria do senso comum, pois concebe o indivíduo como um ser que possui uma subjetividade e um passado.

A TRS compreende que as crenças vêm antes da atitude. Se uma pessoa avalia negativamente um objeto e pedem a ela para explicar o porquê dessa avaliação, ela deverá recorrer ao seu conjunto de crenças para responder, sejam estas crenças verdadeiras ou falsas (Doise, Clemence, Cioldi, 1993).

Há também de se considerar a importância que a fala tem à TRS. Segundo Purkhardt (2002) a fala representa a vida dos grupos sociais, ajuda a tornar o mundo um lugar menos hostil e mantém ou transforma a identidade grupal. A fala transmite as representações sociais (Bourdieu, 1972; Vallée, 1985; Laszlo, 2002; Jovchelovitch, 2002), que são produzidas e reproduzidas por cada indivíduo (Nóbrega, 1990; Salles, 1995; Laszlo, 2002). A fala é um modo de elaborar e reviver experiências, mas é importante considerar que as representações também

podem ser identificadas por meio de outros elementos, tais como as relações, atitudes e hábitos. (Bauer & Jovchelovitch, 1999).

As representações sociais funcionam por meio de dois processos: objetivação e ancoragem (Moscovici, 2007).

O processo de materializar a ideia de um objeto por meio de uma figura consiste na *objetivação*. Segundo Moscovici (2007) “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso, reproduzir um conceito em uma imagem”. A objetivação dá forma a um conceito através de ideias e imagens (Vala, 1996).

A *ancoragem* influencia no estabelecimento de um valor, seja ele positivo ou negativo, além de hierarquizar e nomear os elementos (Avelato, 1999). Quando um objeto é posto diante do paradigma de uma categoria, ele é comparado, e nisso acaba por adquirir características desta categoria, ao mesmo tempo em que sofre reajustes para se enquadrar nela. Mesmo quando um elemento não se encaixa em uma determinada categoria as pessoas forçam para que ele assuma determinada forma, para assim se encaixar em alguma categoria (Moscovici, 2007).

Para Valsiner (2003) as representações sociais possuem a função de permitir que as pessoas se relacionem melhor com o futuro, uma vez que diminuem suas incertezas por meio da construção de simbolismos para lidar com o desconhecido. De acordo com Moscovici (2007) este é o caminho oposto ao percorrido pela ciência, que busca gerar conhecimentos sobre a realidade.

O olhar de Moscovici (2007) sobre a sociedade tinha como alicerce a premissa que as pessoas utilizam formas voláteis para se comunicar e são movidas por objetivos diferentes, gerando dois universos distintos: o *consensual* e o *reificado*.

O *universo consensual* reside na conversação informal, com linguagem informal aprendida em casa, na escola e na rua e usada no dia-a-dia. Nele, o homem produz sua opinião sobre as noções aprendidas e compartilhadas com o grupo do qual faz parte e é permitido que ele fale em nome desse grupo, pois geralmente está protegido pelo mesmo. Por isso esse universo é bem dinâmico e torna possível a vida em sociedade (Moscovici, 2007).

Já o *universo reificado* está situado no meio científico, com linguagem distinta e hierarquias. Nele existe o certo e o errado, o qualificado e o não qualificado, o verdadeiro e o falso, isto é, é onde o pensamento erudito é produzido e utilizado. De acordo com o contexto, existem papéis e categorias (Almeida, Cunha, 2003; Pavarino, 2003; Moscovici, 2007) e é no universo consensual onde se encontram os ingredientes para construir as representações sociais (Spink, 1995).

3 Metodologia

Buscando identificar as Representações Sociais dos brasileiros sobre o RBI foram realizadas pesquisas de natureza qualitativa, com triangulação na coleta de dados.

Inicialmente para melhor estruturar o protocolo de coleta de dados, foram realizadas 5 (cinco) entrevistas piloto como estratégia de auxiliar na identificação das representações sociais de brasileiros sobre o RBI, investigando, inclusive, em qual em qual objeto o RBI estava ancorado. Para todos os envolvidos foi apresentado o texto da Associação pelo Rendimento Básico Incondicional Portugal (RBID, 2017), que demonstra a definição sobre o RBI.

Em seguida foram aplicados questionários estruturados, tipo survey online, com base em uma amostra não-probabilística por conveniência (n=160), que possibilitaram identificar as representações sociais dos participantes. Os questionários também continham o texto do RBID (2017) que define e explica o RBI, e foi realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) das partes de resposta aberta dos questionários.

Por fim, foi realizado um grupo focal, como forma de possibilitar compreender as lacunas entre as reais crenças e as representações.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Como resultados, a análise das cinco entrevistas realizadas demonstrou que todas as pessoas entrevistadas tinham o Programa Bolsa Família (PBF) como objetivação para o RBI. A partir desse entendimento é que foi elaborado o questionário para coleta de dados, cujos 160 respondentes apresentavam o perfil descrito abaixo.

Em relação ao gênero, 53,3% eram homens e 46,7 % mulheres. No tocante ao recebimento de cotas, 20,8% declararam já ter sido beneficiado por essa política (desses, 59,6% eram cotas por ter estudado em escola pública, e 40,4% eram cotas étnicas e/ou sociais), e 79,2% jamais tinham recebido algum tipo de cota.

Sobre o grau de instrução (completo ou em andamento): 5,0% Ensino médio, 77,6% Ensino superior, 2,7% Especialização, e 14,7% Mestrado e/ou Doutorado. Os graduados cursam ou cursaram diversos cursos, dentre os quais: Administração, Biologia, Comércio Exterior, Ciência da Computação, Construção naval, Ciências Sociais, Engenharias (Civil, Mecânica, Produção, Naval), Farmácia, Física, Gestão fiscal, Logística, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Teologia, Terapia Ocupacional, dentre outros.

Em relação à renda familiar a amostra foi bem variada; sobre o direcionamento político, a maioria dos pesquisados declarou estar no centro ou próximo a ele mais à esquerda ou direita (76,7%), bem como a maioria também tem uma percepção mais próxima ao equilíbrio em relação aos efeitos do programa Bolsa Família para a sociedade (79,3%). A Tabela 1 apresenta o perfil dos respondentes em detalhe.

Tabela 1. Renda familiar, Direcionamento Político, e percepção dos participantes

Salários (%)		Direcionamento político (%)		Efeitos da Bolsa Família (%)	
1-3	16,9	Extrema esquerda	-	Totalmente negativo	3,9
4-5	31,2	Esquerda	13,0	Muito negativo	5,2
6-8	15,6	Centro esquerda	28,6	Mais negativo do que positivo	23,4
9-10	10,4	Centro	27,3	Equilíbrio	26,0
11-12	7,3	Centro direita	20,8	Mais positivo do que negativo	29,9
13-15	5,6	Direita	10,4	Muito positivo	7,7
+15	13,0	Extrema direita	-	Totalmente positivo	3,9

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Mais participantes receberam algum tipo de bolsa (37,7%) do que cotas, sendo que 62,3% não receberam qualquer tipo de bolsa. Em relação ao tipo de bolsa prevalecem as de Mestrado/ Doutorado (29,3%), seguidas por bolsa de auxílio permanência em universidade pública (19,2%), PROUNI (12,8%), Programa de Auxílio ao Ensino (9,7%), Bolsa de Extensão (9,7%). 19,3% receberam outros tipos de bolsa (Emergencial por renda; bolsa de estudo em Universidade particular (desconto por transferência, desconto por mérito); Ensino Médio (desconto por mérito); Monitoria; Iniciação Científica).

Em relação à Objetivação, todos os participantes entrevistados declararam que o “O RBI é uma Bolsa Família ampliada”. Portanto, a ancoragem pesquisada foi sobre o Programa Bolsa Família (PBF), de modo que são as possíveis resistências contra o PBF que deverão interferir na ótica sobre o RBI.

A ancoragem sobre o PBF demonstrou variação de um extremo a outro, mas, de maneira geral, mais concentrada em elementos negativos, tal como pode ser observado pelas frases: “É importante num primeiro momento”; “Incentiva a ter mais filhos”; “É uma política de pão e circo”; “É como dar o peixe, e não dar a vara”; “Muita gente recebe sem merecer”.

A ancoragem sobre o RBI se mostrou semelhante àquela do PBF. Uma questão recorrente foi a moralidade nos relacionamentos, cuja ausência poderia tornar quase nulo o efeito do RBI; isso ficou comprovado pelo exemplo de uma participante do grupo foco que fez referência a uma experiência pessoal, quando pegou o carro do pai emprestado e um guardador de rua informal de um lugar onde ela frequentemente estacionava seu carro (que é mais humilde) não a reconheceu e cobrou mais caro, provavelmente influenciado pela simples percepção que quem dirige um carro mais caro tem mais dinheiro e só por este motivo deve pagar mais por um mesmo benefício: “Vai ter inflação. É como chegar para estacionar com um carro bem caro”; “Não temos moralidade para adotar. Há muita corrupção com as pessoas e os políticos”. A percepção sobre o RBI em Portugal tem ancoragem mais positiva nesse sentido: “É provável que funcione em Portugal, país menor e menos corrupto”.

A percepção geral dos participantes respondentes do questionário sobre PBF é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Percepção sobre o PBF

Percepção sobre o Programa Bolsa Família			
Contra	26,7 %	Custo	52,6%
A favor	73,3 %	Investimento	47,4 %

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Pela análise da Tabela 2 é possível notar um aspecto relacionado às representações sociais. Quase 3/4 dos participantes são favoráveis ao PBF, ao passo que mais da metade do mesmo grupo a enxerga como um custo, e não como um investimento.

4.1 Em relação aos 73,3% de pessoas favoráveis ao PBF

Uma questão recorrente entre os favoráveis ao PBF é referente à dimensão condicional do programa, que colide com a dimensão incondicional do RBI: “(O PBF) incentiva a escolarização das crianças e a adesão às campanhas de saúde como vacinação. O que já é um grande passo no combate a doenças e a desigualdade social”. A questão do uso do recurso atribuído é outra preocupação recorrente: “Se utilizado de forma correto de acordo com o que foi proposto e destinado as pessoas corretas, o bolsa família é uma boa alternativa para movimentar a economia e de alguma forma ajudar aqueles que mais necessitam”.

Contudo, há também quem tenha conseguido captar a verdadeira essência do programa, que está relacionada à justiça social: “Ajuda quem precisa, nem todos são privilegiados de ter uma vida com um bom histórico”. Como diversos programas no Brasil, há também a preocupação com a execução: “Sou a favor, porém acho que o sistema é deveria ter uma fiscalização melhor”; e “Todo indivíduo deveria ter direito à alimentação, moradia, educação e trabalho para viver com o mínimo de dignidade. Como essa não é a realidade do Brasil, programas como a Bolsa Família, que visam reduzir minimamente o abismo social, são bem vindos. O problema não está na ideia, mas na execução”.

4.2 Em relação aos 26,7% de pessoas contra o PBF

Há uma minoria que abertamente se declarou contra o PBF. Ficou nítida a esfera econômica da rejeição: “Sou a favor da geração de emprego e oportunidades, não da distribuição gratuita de dinheiro. Emprego rende um auxílio financeiro muito maior e engaja a população no mercado de trabalho, aquecendo a economia”.

Há argumentos mais ancorados na descrença nos governantes e na consideração que o PBF não deveria existir se o governo cumprisse sua parte: “Isso é demagogia e compra de votos”; “Programa de governo desnecessário”; “Acho que o país tem que oferecer oportunidades, saúde, bem estar e trabalho. Não bolsa família”.

Contudo, também cabe o destaque que há conceitos pré-concebidos que certamente devem ser mais difíceis de lidar enquanto resistências contrárias, muitos dos quais emergindo na percepção que as pessoas prefeririam não serem produtivas se houvesse a garantia de um valor mensal: “Infelizmente, a maioria dos beneficiados não entenderam que a bolsa família é uma ajuda e não um motivo para não trabalharem”; “Acredito ser um valor que não ajuda tanto quem recebe, gera comodismo e que poderia ser investido em melhorias na educação e saúde pública para dar condições mais dignas a pessoas com limitações financeiras conseguirem trabalhar e se sustentar sem depender do governo”.

4.3 Em relação aos 62,3% de pessoas a favor do RBI

Chamou atenção que há menos pessoas da amostra favoráveis ao RBI do que pessoas favoráveis ao Programa Bolsa Família. Isso aponta para a necessidade de compreender a ancoragem estabelecida em relação ao elemento objetivado (RBF) a fim de também compreender os pontos de resistência, de modo a possibilitar um gerenciamento mais adequado da execução do programa.

Mesmo dentre os simpatizantes do RBI é possível notar alguma descrença em relação à sua execução, tal como respondido por participantes por meio do questionário: “Sou a favor a ideia, porém como quase tudo no Brasil gera desvios e interesses de políticos”; e “Sou a favor se o governo for capaz de cumprir suas responsabilidades além do RBI”. A comunicação do que é o RBI também representa uma fonte de preocupação: “Desde que as pessoas entendam seu verdadeiro propósito, eu sou a favor.

O argumento favorável ao RBI que apareceu com maior frequência é a questão da meritocracia. Este elemento foi amplamente citado tanto pelas pessoas que se auto-declararam com posicionamento político à direita: “Gostei da ideia. É o único caminho que vejo como viável para existir a meritocracia no Brasil”; quanto pelas pessoas que se auto-declararam com posicionamento à esquerda: “O RBI permitirá que todos os cidadãos tenham um ponto em comum de partida na busca por sua inclusão na sociedade, permitindo que conceitos como a meritocracia sejam mais aplicáveis (não totalmente), tendo em vista o acesso a condições iguais”. As pessoas que se auto-declararam com posicionamento político de centro também corroboraram com a ideia: “Com esse novo projeto seria possível que qualquer cidadão tivesse melhores oportunidades”.

Ainda que em sua essência o RBI seja incondicional, esta foi a maior fonte de resistência entre os simpatizantes da ideia: “(o RBI) não deve ser aplicado de forma isolada, mas acompanhado de aparatos por parte do governo como forma de incentivar a educação e a melhora contínua entre as famílias.”

4.4 Em relação aos 37,7% de pessoas contra o RBI

Curioso notar que as representações sociais das pessoas contrárias ao estabelecimento do RBI são ancoradas em questões semelhantes às representações sociais das pessoas favoráveis ao programa; em outras palavras, na dimensão incondicional do RBI. Isso pode ser notado em justificativas como: “Sou contra devido ao fato de estar sendo liberado sem nenhum tipo de regra, fazendo assim com que pessoas que não precisem desse dinheiro de fato possam pegar”.

A questão da capacidade de gestão do governo também foi adicionada ao ponto anterior, tal como pode ser observado: “No Brasil não acho que funcione, pois não pode ser tomado como única medida, deve ser oferecido com outras oportunidades de capacitação profissional. Além de poder ser observado no funcionamento do Bolsa Família a incapacidade de administração desse tipo de programa social, já que existe inúmeros erros no cálculo para distribuição do benefício”; e também em: “Caso seja implementado um programa como o do RBI, o dinheiro terá que sair de algum lugar, o que sugere que teria que acontecer um aumento

de impostos absurdo. Temos muitos problemas no país a serem resolvidos antes que possamos arcar com uma bolsa mínima para todos”.

5 Considerações Finais

O presente estudo mostrou-se relevante porque: (i) as representações sociais possibilitam conhecer as crenças dos indivíduos; (ii) podem contribuir à programas governamentais, na seleção de indivíduos comprometidos com as causas; (iii) a TRS adiciona o senso comum à perspectiva científica, o que ajuda a lidar com resistências; e (iv) a pressão popular ajuda na implementação do RBI.

Como resultado macro, verificou-se que para os brasileiros o RBI tem como objetivação o Programa Bolsa Família, e a ancoragem sobre este programa compreende ele como importante em um primeiro momento, mas que precisa ser melhorado porque, em ordem de frequência de citações: (i) não se acredita na capacidade de gestão do governo; (ii) as condições para recebimento não apresentam condicionantes “adequadas”; e (iii) há a percepção de que foi utilizado pelo governo que o batizou como instrumento eleitoral, posicionando-o como uma espécie de favor concedida por uma pessoa ao invés de um direito de responsabilidade do governo.

Chamou atenção que tanto os entrevistados quanto todos os participantes do grupo foco não souberam explicar ao menos 3 condições para o recebimento do PBF, nem a política relacionada aos valores. Dado que curiosamente todos os participantes já têm nível superior ou estão cursando, isso aponta para a necessidade de melhor comunicação a respeito do programa.

Notadamente, programas com grande amplitude carecem de apoio e apelo popular para sua execução. Deste modo, a principal relevância prática do presente estudo reside no fato que o conhecimento das representações sociais sobre o RBI possibilita a elaboração de estratégias para interagir com as crenças e lidar melhor com as resistências. O principal valor acadêmico do presente estudo está no fato que a pesquisa executou um tratamento científico a uma questão do senso comum, possibilitando melhor interação entre os universos consensual e reificado.

Também chamou atenção que as representações sociais das pessoas contrárias ao estabelecimento do RBI têm ancoragem em questões semelhantes às representações sociais das pessoas favoráveis ao programa; isso é, na dimensão incondicional do RBI. A partir do contexto apresentado é que propõe-se abaixo alguns elementos para inclusão na agenda de discussões e desenvolvimento do RBI, de modo a contribuir na aceitação popular do programa:

- 1) “Despersonalização” do RBI, não atribuindo sua paternidade a uma pessoa ou partido político;
- 2) Ações de melhorias de auditoria no Programa Bolsa família, a fim de demonstrar capacidade de gestão do governo por meio desse programa;
- 3) Ampla comunicação das normas do PBF, de modo a massificar as normas e valores de concessão, e as realidades já transformadas pelo mesmo;
- 4) Ampla comunicação do RBI, incluindo a questão da meritocracia ao enfatizar a questão social, além de enfatizar os benefícios econômicos;
- 5) O Brasil é um país com dimensões continentais, com problemas e culturas de semelhante porte. Tal como proposto por todos os participantes do grupo foco, uma alternativa pode ser considerar questões regionais para o estabelecimento do RBI;
- 6) Por fim, mas não menos importante, considerar em um primeiro momento discutir a questão da incondicionalidade do RBI: a análise das representações indicou a importância que a amostra pesquisada (independente do direcionamento político ou concordância com PBF) dá ao estabelecimento de normas para o recebimento (tal como aumento do nível educacional, planejamento familiar, capacitação, dentre outros).

Ainda que o presente estudo tenha trazido uma ótica brasileira sobre o RBI e as representações sejam especificamente nacionais, espera-se que os resultados observados sirvam como inspiração para a discussão europeia do assunto, em especial a de Portugal, um país com intenso intercâmbio cultural com o Brasil e que representa sua raiz. Propõe-se que pesquisas futuras utilizem a estrutura deste estudo para o conhecimento de representações sociais sobre o RBI em outros países. Recomenda-se também que novos estudos tenham atenção acerca das limitações, cujas principais deste estudo residem na quantidade de envolvidos (que pode ser ampliada) e no método de seleção da amostra (que se recomenda aleatoriedade ao invés de conveniência).

Referências

- Almeida, Angela Maria de Oliveira; Cunha, Gleicimar Gonçalves (2003). *Representações Sociais do Desenvolvimento Humano*. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, p. 147-155
- Arruda, Ângela (2002). *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro.
- Avelato, Hilda Maria Rodrigues (1999). *Qualidade: um mito pós-moderno*. In TEVES, Nilda, Rangel, Mary (Org.) *Representação Social e Educação: Temas e enfoques contemporâneos de pesquisa*. São Paulo: Papirus.
- Bardin, L (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bauer, M. W.; Jovchelovitch, S. (1999). *A questão da metodologia em pesquisa: texto, imagem e materiais sonoros*. Manual de curso de extensão. Manuscrito não publicado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Grupo de Pesquisa em Ideologia, Comunicação e Representações Sociais.
- Bobbio, N (1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Bourdieu, P (1972). *Squisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Librairie Droz.
- Carvalho, Maria do Rosário (2001). *O constructo das representações sociais: implicações metodológicas*. In: Moreira, Antônio Paredes (org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa, Editora da UFPB.
- Cerejeira, João; Portela, Miguel (2017). *O futuro do trabalho e desigualdade*. Público. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2017/07/17/economia/noticia/o-futuro-do-trabalho-e-desigualdade-1779333>>.
- Couto, B. R. (2004). *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.
- Cramer, Luciana, Brito, Mozar José de e Cappelle, Mônica Carvalho Alves (2001). *As Representações Sociais das Relações de Gênero na Educação Superior: a Inserção do Feminino no Universo Masculino*. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, 25. Campinas. Anais. Anpad.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Faquin, Evelyn Secco Faquin; Paulilo, Maria Angela Silveira Paulilo (2009). Política social e controle social: estratégias de ampliação de direitos humanos. *SERV. SOC. REV.*, Londrina, V. 12, N.1, pp. 27-42.

- Gorz, A. (1990). Quem não tiver trabalho também terá o que comer. *Estudos Avançados*, v.4, n.10, p.211-228. Publicado originalmente em *La Lettre Internationale*, n.8, 1986.
- Guareschi, P.A.; Jovchelovitch, S (1994). Introdução. In: Guareschi, P.A.; Jovchelovitch, S. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Iamamoto, M.; Carvalho, R (2005). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 18 ed. São Paulo: Cortez.
- Ianni, O. (1994). O mundo do trabalho. *Perspectiva*, São Paulo, v.8, n.1, p.2- 12.
- Jovchelovitch, S. (2002). *Social representations and narrative: stories of public life in Brazil*. Em J. Laszlo e W. S. Rogers (Orgs), *Narratives approaches in social psychology* (pp. 47-58). Budapest: New Mandate.
- Laszlo, J. (2002). *Narrative organization of social representation*. Em J. Laszlo e W. S. Rogers (Orgs), *Narratives approaches in social psychology* (pp. 28-46). Budapest: New Mandate.
- Leite, Elenice M. (1995). Educação, Trabalho e Desenvolvimento: o resgate da qualificação. *ENFOQUE*: Qual é a questão? Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995
- Madeira, Margot (2001). *Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação*. In: Moreira, Antônio Paredes (org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: UFPB.
- Merrill, Roberto (2013). Rendimento básico: incondicional? *Monde Diplomatique*, ed. portuguesa, p.10-12.
- Minayo, M. C. S. (1994). (org) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 5^a . ed., Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, Serge (2007). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 5^a edição. Petrópolis: Vozes.
- Nóbrega, S. M. (1990). *O que é representação social*. Paris: École des Hautes en Sciences Sociales.
- Oliveira, Helena (2017). *Rendimento básico incondicional: utopia ou solução?* Disponível em: <<http://www.ver.pt/rendimento-basico-incondicional-utopia-ou-solucao/>>. Acesso em 08 jul 2017
- Pavarino, Rosana Nantes (2003). *Teoria das Representações Sociais: Pertinência para as Pesquisas em Comunicação de Massa*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG.
- Purkhardt, S. C. (2002). *Stories that change the world: the role of narrative in transforming Social representations*. In: LÁSZLO, J.; ROGERS S. W. *Narrative approaches in Social Psychology*, Budapest.
- RBIP - Associação pelo Rendimento Básico Incondicional Portugal (2017). *Rendimento Básico: O que é*. Disponível em <<http://rendimentobasico.pt/>>.
- Salles, L. M. (1995). A representação social da escola e dos estudos de alunos da 8^a série e 1^o colegial. *Didática*, n. 30, pp. 81-96.
- Spink, M. J. (1995) (org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

Vala, J. (1996). *Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social*. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia social*. 2^a ed. (pp. 353-384). Lisboa: Calouste Gulbenkian.

Vallee, L. (1985). *Représentations collectives et sociétés*. In A. Chanlat & M. Dufour (Eds.). *La rupture entre l'entreprise et les hommes: le point de vue des sciences de la vie*. Montréal, Paris: Éditions Québec, Les éditions d'organisation.

Valsiner, J. (2003). Beyond social representations: a theory of enablement. *Papers on Social Representations*, n. 12, 7.1-7.16.

Wagner, W. (1998). *Sócio-gênese e características das representações sociais*. In A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (pp. 3-25). Goiânia: AB.